



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682672 - RS (2021/0234274-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MARCOS DE JESUS FONSECA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS DE JESUS FONSECA FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Agravado de Execução Penal n. 5093626-80.2020.8.21.7000/RS).

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente para justificar o indeferimento da remição de 173 dias de pena do reeducando pela aprovação no ENCCEJA relativo ao ensino médio, em evidente violação à Recomendação CNJ n. 44.

Afirma que "com a conclusão e aprovação no exame, a remição deve ser calculada a partir do referencial de 1.200h ou 1.600h de estudo, não sob 50% de tal quantidade, como operou o acórdão" (fl. 5).

Requer, liminarmente, a remição de 173 dias de pena, em razão da aprovação no ENCCEJA. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A questão objeto do presente remédio constitucional foi enfrentada pelo *decisum* combatido nos seguintes termos (fl. 18):

A Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, em seu artigo 1º, inciso IV, prevê que a base de cálculo para o cômputo das horas de estudo é de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino.

Conquanto, a Resolução nº 03/2010 do CNE dispõe que a carga horária mínima é de 1.600 horas para o ensino fundamental e 1.200 horas para o ensino médio.

[...].

Sendo assim, tratando-se de ensino médio, o cálculo se dá sobre 600 horas, nos termos do artigo 126, § 1º, I, da LEP, devendo-se dividir esse total por 12, o que resulta em 50 dias.

Ademais, no caso concreto, opera-se o acréscimo de 1/3 previsto no § 5º do artigo 126 da Lei de Execução Penal, pela conclusão de nível de ensino, resultando

o montante de 66,66 dias, devendo ser arredondado para 67 dias remidos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência